

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA QUESTÃO DE EMPODERAMENTO DA CLASSE DE BAIXA RENDA

GT 4- Economia do Trabalho, Economia Solidária e Cooperativismo

Laís Melo de Andrade¹

RESUMO

O artigo apresenta e discute a economia solidária como uma questão empoderadora, que gera renda e combate a pobreza rompendo a lógica das desigualdades e dificuldades enfrentadas, promovendo o protagonismo afim da inclusão social. O eixo central deste trabalho é a economia solidária e o empoderamento. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, do tipo exploratório com o método de abordagem dedutivo, com técnica de pesquisa a documentação direta e indireta. Em um primeiro momento, o artigo irá apresentar o conceito e exposição histórica da origem da economia solidária e posteriormente. Em um segundo momento, será relatado a inserção da Economia Solidária no Brasil e o empoderamento dos inseridos nos empreendimentos solidários.

Palavras- chave: Economia Solidária. Empoderamento. Inclusão Social.

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária surge como uma opção de geração de renda e emprego para muitas pessoas que estavam à margem da sociedade, que em tempos de globalização, onde os homens são reduzidos e substituídos por máquinas, fica evidentemente a necessidade de um novo modelo econômico que incluía e reintegre esses cidadãos.

Conduzindo-se a essas explicações este artigo levanta a seguinte problemática: Como a economia solidária interage no empoderamento da classe de baixa renda? Uma vez que o desemprego é um fator determinante para a classe trabalhadora que vende a força de trabalho para o sustento de sua família e sobrevivência.

Com base no que foi questionado, a economia solidária interage de forma coletiva nos meios produção de bens e serviços, visando a geração de trabalho e renda com inclusão social dos seus partícipes, contribuindo para o desenvolvimento, que se distingue através dos meios

¹ Graduada em Serviço Social pela UNIME/Itabuna-BA. Especialista em Serviço Social, Saúde, Seguridade e Políticas Públicas pela Guanambi, Unigrad/Itabuna-BA. Especializanda em Gestão Cultural pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). e-mail: ass.laismelo@gmail.com

de produção que são pautados na autogestão, tornando-se de grande relevância na vida das pessoas estão inseridas.

O objetivo desse artigo é discutir a importância da economia solidária nas classes de baixa renda ou população vulnerável, possibilitando na inserção ao mercado de trabalho dentro dessa alternativa de empreendimento.

Os fatores primordiais para a gênese e fortalecimento da economia solidária foram o desemprego estrutural, condições socioeconômicas e a inclusão no processo capitalista dos gestores solidários que paulatinamente forma-se adequando ao novo processo de economia resultante na autogestão.

1.1 Metodologia

Na perspectiva de construir este artigo, com base na economia solidária que é um novo modelo de econômico com características diferentes dos outros, busca-se subsidiar essa pesquisa com abordagem qualitativa, que tem como um de seus princípios fundamentais analisar, possuindo um método indutivo, destarte é classificada como um estudo documental.

Na elaboração desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, buscando informações através de livros, revistas, periódicos nacionais e internacionais, assim como no mundo virtual nos sites oficiais. Medeiros, (2014, p.39), “a pesquisa bibliográfica é passo decisivo em qualquer pesquisa científica, uma vez que elimina a possibilidade de se trabalhar em vão, de se desprender tempo com o que já foi solucionado”.

Na construção deste tema é possível perceber o aspecto dinamizado através das relações sociais, que não podem ser evidenciadas e decifradas pelos números, e sim nas informações que possibilitam análise completa da pesquisa sob olhar do pesquisador; identificando as propostas, desenvolvendo e decifrando o problema.

2 O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Ao longo da história da humanidade existiram vários processos ligados à economia e produção que interligavam todas as classes sociais, porém os processos industriais e econômicos foram se revelando e contradizendo a classe de baixa renda (proletariado), ocasionando a exclusão social, aumentando as diversas expressões da questão social.

A economia solidária surge como resposta alcançando novas alternativas de produção de trabalho e renda, incluindo as pessoas que estavam em situação vulnerável fora dos meios de produção capitalista.

A origem da economia solidária manifesta-se com Robert Owen o pai do socialismo e um dos fundadores do cooperativismo. Ele reduziu as jornadas de trabalho, tirou as crianças das fábricas em pleno século 18, quando o trabalho escravo ainda era presente, e Charles Fourier criou o associativismo dos trabalhadores crendo em novas alternativas ao capitalismo.

A economia solidária passou a trabalhar dentro do capitalismo, porque era e é vital para a circulação do capital (dinheiro), entretanto sua forma de trabalho é voltada para solidariedade, cooperação, democracia e justiça social, que ajudam na transformação do indivíduo enquanto sociedade e produtor de trabalho.

Como modo de produção: economia solidária apresenta vantagens em relação ao capitalismo: a autogestão torna cada trabalhador(a) consciente do seu papel no todo em que atua; a inteligência coletiva de trabalhadores(as) está permanentemente a serviço do desenvolvimento do Empreendimento Econômico Solidário e de seus sócios e sócias - inclusive porque todos os ganhos de produtividade e resultados da realização do processo de produção são diretamente apropriados pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) -; há uma necessária vinculação ao território em que a atividade econômica solidária está inserida, acarretando no respeito às especificidades e culturas regionais e ao meio-ambiente em que está inserida (BRASIL 2010).

A economia solidária é paralela ao sistema capitalista que tem como base a decisão e construção de diretrizes de funcionamento que se define nas atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, centrada na valorização do ser humano e não do capital, e sim para a área social em forma de associações, cooperativas, clubes de troca, empresas autogestionárias, fundações, organização não governamental, organização da sociedade civil de interesse público, organizações sociais.

Afirma Schiochet (2009, p.1) que:

Economia Solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. O professor Paul Singer costuma sublinhar as duas especificidades que, em sua visão, fundamentam as características das organizações econômicas solidárias: por um lado, o estímulo à solidariedade entre os membros, por meio da autogestão, e, por outro lado, a prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase especial na ajuda aos menos favorecidos.

As redes de cooperação ou solidária realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços às comunidades e a sociedade, finanças solidárias, trocas, comércio justo, consumo, escoamento, mercado e crédito organizadas sob a forma de autogestão.

A economia solidária também é conhecida pelo “fator C” que representa as atividades elaboradas com cooperação, coletividade, colaboração e coordenação.

A economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver. A mais importante destas carências é, sem dúvida, a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social. Os pobres são pobres porque foram colocados à margem das empresas que produzem a parte principal da riqueza social (SINGER 2002).

A economia solidária é conhecida por valorizar seus integrantes, obedecendo à individualidade dentro da coletividade das atividades os fortalecendo na luta política ideológica contra o neoliberalismo, e em disputa com o sistema capitalista, pelo direito de trabalho obtendo igualdade de direitos e democracia.

2.1 Breve histórico da Economia Solidária

A economia solidária inicia-se em um período de vasto desemprego no velho mundo “Europa” causada pela chegada de grandes tecnologias que substituíram e reduziram a mão de obra dos trabalhadores, por carvão a vapor que era uma fonte de energia da primeira era da Revolução Industrial e na segunda que era o petróleo e gás.

A economia solidária surgiu após o desemprego estrutural e as dificuldades que os novos desempregados tinham em encontrar um emprego e se alinhar as novas ordens e tecnologia industrial.

No âmbito da revolução industrial européia, no início do século XIX, a economia solidária se manifestou nas lutas históricas de trabalhadores(as), materializadas sob a forma de cooperativismo e nas diversas modalidades de associativismo, como alternativas autogestionárias de resistência ao avanço avassalador do capitalismo e na construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL 2010).

A primeira experiência de economia solidária, que deu efetivamente certo, foi o movimento cooperativista iniciado em 1844 na Cooperativa de Consumo e Poupança Pioneira

Rochdale na Inglaterra que era chamada de A Sociedade Probos Pioneiros de Rochdale, formada por 28 trabalhadores tecelões de flanela, cloggers, sapateiros, carpinteiros e marceneiros.

Na Alemanha, a cooperativa de crédito rural, fundada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen conhecido como o 'pioneiro do cooperativismo', em 1850 e a urbana pelo economista Hermann Schulze-Delitzsch. As duas pioneiras (de consumo e de crédito rural), tinham como principal característica a responsabilidade ilimitada e solidariedade dos associados.

Em 1900 no Canadá o sistema de cooperativas de Alphonse Desjardins, que criou a Caixa, um banco cooperativista que iniciou operações em 1901, com a quantia de 26 dólares com foco nas comunidades locais e na aptidão de reforçar o senso de identidade étnica e social, foi a primeira cooperativa do continente americano, e o único banco que na Grande Depressão de 1930 não quebrou.

O sistema de cooperativas Desjardins é um fator ponderável de desenvolvimento regional e local no Canadá, particularmente na parte em que predomina o idioma francês. Além de ter diversificado sua atividade, prestando serviços de compensação de cheques, de informação tecnológica e de todo tipo de seguro, a Confederação das Caixas Populares e Econômicas de Québec também criou uma subsidiária para promover o desenvolvimento por meio de fundos regionais de investimento, de apoio a empreendedores locais e de investimento em firmas que consideram que devem ser possuídas em Québec (SINGER, 2002, p.71).

Outro exemplo de economia solidária consistente e duradoura até os dias hodiernos é o Complexo de Mondragón na Espanha que em 1943 iniciou-se como uma cooperativa de produção baseada na cooperação, solidariedade e autogestão que foi fundada pelo Padre José Maria Arizmendi, que atualmente contém 100 cooperativas, desde a produção, consumo e distribuição e uma Universidade própria.

O Professor Economista Mohamed Yunus em 1976, fundou o Banco Grameen, criado com o objetivo de dar melhor qualidade de vida as pessoas marginalizadas e exploradas da sociedade, trabalhando em prol do fim da pobreza, o professor reformula a economia local com o Grameen que até hoje oferece empréstimos a grupos solidários.

Em 1997, o banco Grameen atingiu a marca de 2,4 bilhões de dólares com empréstimos, com atendimento a 2 milhões de pessoas. O professor é vencedor de dois prêmios internacionais de cunho humanitário o Prêmio Mundial de Alimentação e o Nobel da Paz.

Muhammad Yunus (2000) acredita que:

O “Grameencredit” (crédito do Banco Grameen) baseia-se na premissa de que os pobres têm habilidades profissionais não utilizadas, ou subutilizadas. Definitivamente não é a falta de habilidades que torna pobres as pessoas pobres. O Grameen Bank acredita que a pobreza não é criada pelos pobres, ela é criada pelas instituições e políticas que o cercam. Para eliminar a pobreza, tudo o que temos de fazer é implementar as mudanças apropriadas nas instituições e políticas, e/ou criar novas instituições e políticas(...) o Grameen Bank criou uma metodologia e uma instituição para atender às necessidades financeiras dos pobres e criou condições razoáveis de acesso a crédito, capacitando os pobres a desenvolverem suas habilidades profissionais para obter uma renda maior a cada ciclo de empréstimos.

A economia solidária se solidificou perante o desemprego e a desestruturação da economia e a exclusão social e laboral das pessoas carentes, que em momentos difíceis de Industrialização, Globalização e entre outros processos que descapitalizaram e desempregaram pessoas, a economia solidária sempre foi uma via de mão para prosseguir na sociedade, dando visibilidade e inclusão.

Conforme Paul Singer:

Em épocas de recessões frequentes e de revolucionamento tecnológico, quando o desemprego atinge dimensões de massa e a exclusão social atinge milhões de pessoas até então inseridas na produção social, a reação toma muitas vezes a forma de multiplicação de pequenas organizações solidárias de produção. Por serem pequenas e quase sempre com pouco ou nenhum capital, elas apresentam grande propensão a vegetar por algum tempo para, em seguida, desaparecer.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária no Brasil assim como em outros países, surgiu com o cooperativismo de consumo, esta economia era comum em países de grande destaque como a Inglaterra e Espanha, que possuíam colônias, expansão marítima e um tino para o comércio visivelmente relatado em suas atividades, ter desenvolvido outra proposta de economia foi à saída para a inclusão e retomada dos desempregados na sociedade.

O Brasil inicia cedo com uso da economia solidária, no período Colonial do Segundo Reinado, porém a população não tinha acesso à ideologia desse método econômico que engatinhava na colônia brasileira, que estava em processo de república e transformações sócios, culturais e econômicos.

Os primeiros empreendimentos de cunho solidário foram às cooperativas de consumo e produção, que era um sistema adequado, participativo e democrático que atendia as necessidades dos indivíduos coletivamente.

No Brasil foram fundadas as primeiras cooperativas por volta de 1887, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP) e a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. Em Limeira (SP), em 1899, foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica e, no Rio de Janeiro (RJ) em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo e também em 1895, a de Camaragibe (PE). Em 1902, em Nova Petrópolis (RS), surge à primeira cooperativa de crédito fundada por produtores de vinho e, no mesmo estado em 1906, a primeira cooperativa agropecuária. De 1913 a 1929, outras cooperativas continuaram a aparecer, dentre elas, em 1913 surgiu no Rio de Janeiro, a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea e, em Santa Maria (RS) foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer). Em 1917, os ferroviários fundaram cooperativas de consumo (CULTI, 2002).

Em 1932 o cooperativismo foi regulamentado com o Decreto de nº 22.239, pelo presidente Getúlio Vargas, na década 40 o governo passa a ofertar incentivos materiais e fiscais para cooperativas, anos 50 o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, é criado e extinto pelo no governo Collor em 1991.

No Brasil, a economia solidária ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos (as) trabalhadores (as) à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista (SCHIOCHET, 2009, p. 1). Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu art. 5º, inciso XVIII expressa que “A criação de associações e, na forma da Lei, a de cooperativas, independem de autorização”, dá a oportunidade de estimular uma possível economia apoiada pelo Estado.

Nos anos 90 logo se vê o modelo econômico se expandindo tanto em prática quanto em pesquisas acadêmicas, esse é um período de muita luta e aceitação para essa categoria, dentro de uma época que o mercado de trabalho era precário com intensificação da exploração do trabalho, gerando rendas capitalizáveis as grandes indústrias.

Em 1993, o país tem suas primeiras literaturas e entre elas o livro Educação comunitária e economia popular escrito por Moacir Gadotti, onde ele faz um menção ao livro Economia de solidariedade e organização popular do professor aposentado do Chileno, Luis Razeto Migliaro usava o termo “economia de solidariedade”.

Nos anos 2000, em plena virada secular a economia solidária vai culminando e estabelecendo diretrizes em 2001 tem-se o primeiro Fórum Mundial Social que é um movimento de resistência social e política frente á diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam e pode construir uma integração.

A partir do Governo Lula é posto em prática a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), na III Plenária Nacional de Economia Solidária junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), e a Política de Economia Solidária. A

criação dessas instâncias somada fortalece a economia, junto ao Fórum Social Mundial, amplia a estruturação dos movimentos sociais.

Todas as propostas do governo Lula junto a essas políticas têm sua visão voltada para a concentração de renda e desenvolvimento da massa excluída, conforme a secretaria nacional de Economia Solidária:

- a) População em situação de pobreza extrema, conforme definido no Decreto 7.492, de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria como 'aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais)', em especial, mulheres;
- b) Pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO)
- c) Comunidades de baixa renda e com baixo índice de IDH;
- d) Comunidades e povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc.);
- e) Trabalhadores e trabalhadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários já constituídos nos territórios beneficiados;
- f) Usuários do sistema de saúde mental (BRASIL, [19--], p. 6).

Nos dias atuais é possível ver a economia disseminar em locais pobres onde o acesso a emprego é mínimo, e à fonte de renda baixa, e isso se deve a secretaria nacional que passou a mapear todos os empreendimentos solidários a fim de testar a capacidade de transformação dos cidadãos.

3.1 Economia Solidária e o empoderamento

O advento da economia solidária no mundo moderno e pós-moderno, foi e é a falta de mercado para os trabalhadores, gerando problemas sociais acarretado pela falta de capital, destarte esses resultantes faz surgir novas possibilidades que garante com o tempo melhorias sociais, políticas e econômicas.

O desemprego de longa duração (mais de seis meses) no Brasil tem acompanhado a tendência internacional. Os salários, comparados com muitos outros países, são para a grande maioria dos trabalhadores especializados ou não, baixíssimos. Segundo o DIEESE (1996-1997), o custo da mão-de-obra na indústria brasileira (2,68 US\$/hora) é cerca de seis a oito vezes mais baixo que nos países mais desenvolvidos (16,40 nos EUA; 19,26 na Áustria; 24,87 na Alemanha), cerca da metade do valor pago na Coreia do Sul (4,93) e em Portugal (4,63), sendo similar ao México (2,41) (CULTI, 2002).

A economia solidária e a questão do empoderamento das classes de baixa renda promove autonomia do indivíduo na formação de sua história, tornando-os capazes de seguir adiante em suas conquistas.

O termo empoderamento passou a ser utilizado em diversas áreas da sociedade, como no conhecimento (sociologia, ciência política, saúde, serviço social), em palestras motivacionais, nas mídias sociais (TV, rádio, redes sociais), em discursos governamentais e organizações da sociedade civil.

A palavra empoderamento advém da origem americana empowerment, criada em 1977 pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, que significa “power”= poder, esse poder seria para as pessoas vulneráveis uma condição de se desenvolver. Entretanto no Brasil o educador Paulo Freire adapta essa versão mais plausível para o cotidiano brasileiro, cita em um dos seus livros Medo e ousadia, o cotidiano do professor.

Relata Freire (1986):

Reconheço que esta preocupação que tenho com a “classe” tem que ser recriada para os EUA. A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta.

Paulo Freire acredita que a classe social dominada possa se empoderar, buscando a própria liberdade, como uma saída da zona de desconforto, pois a libertação é um ato social, ou até um movimento.

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (FREIRE, 1986).

Empoderamento então seria o processo de ganhar controle, a substituição do poder ‘sobre’ outros para a noção de poder ‘como habilidade’ de ser, de expressar-se, numa referência à capacitação humana (SIMON; BOEIRA, 2017). Junto à prática da economia solidária se atrela as questões de controle e mentalidade que influenciará diretamente no desempenho das funções coletivas e individual do empreendimento.

No processo produtivo das atividades a autonomia é um passo importante e gradual que influencia nas tomadas de decisões, considerando que a economia solidária tem como

proposta a autogestão, que necessita da capacidade e iniciativa de cada cooperado/ associado, para exercer suas ações nos meios de produção e a gestão do local.

O empoderamento para Gohn é um processo que se desenvolve através de educadores sociais que apresentam as possibilidades de mudança, gerando autoconhecimento e mobilização, “destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)” (GOHN, 2004).

Trata-se de processos que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos os novos educadores sociais atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos. O novo processo tem ocorrido, predominantemente, sem articulações políticas mais amplas, principalmente com partidos políticos ou sindicatos (GOHN, 2004).

Os indivíduos que são empoderados alçam o papel de protagonismo e buscam alternativas para a inserção social que diminuam as desigualdades nas relações de trabalho, criando atividades que possam gerar renda.

Assim, o empoderamento pode ser entendido a partir de uma perspectiva em que os indivíduos, organizações e comunidades coletam recursos de forma a terem voz, visibilidade, influência e capacidade, tanto de ação, quanto de decisão, ou seja, poderem controlar os temas que afetam suas vidas. Sendo assim, desenvolve-se um processo de ampliação da cidadania que congrega dimensões de igualdade social e reconhecimento das diferenças, um processo maleável e inclusivo, o que alicerça fortalecimentos e aprimoramentos, respeitando as ambiguidades (SIMON; BOEIRA, 2017).

O empoderamento é uma maneira de combater a exclusão social e outras expressões da questão social que assola as pessoas em situações de vulnerabilidade seja financeira ou social. Simon e Boeira acreditam que o empoderamento a três tipos de poderes o social, político e psicológico.

O poder social refere-se ao acesso a informação, conhecimento e habilidades, participação social e recursos financeiros. (...) O poder político trata do acesso do indivíduo ao processo de decisão, principalmente aquele que afeta o seu futuro. (...) O poder psicológico, por fim, decorre da consciência individual de força e autoconfiança (SIMON; BOEIRA, 2017).

O trabalhador empoderado é aquele que detém a sua própria força de trabalho e usa-o para seu benefício e o da comunidade, é o conquistador do mercado consumidor, compreendendo a importância dos movimentos sociais e das políticas públicas.

4 CONCLUSÃO

Nos dias hodiernos a economia tramita em todas as regiões do Brasil, mostrando o fortalecimento da classe operária, quanto a formação, produção, consumo, comercialização em iniciativas que valorizam o trabalho associado e adotam os princípios e práticas da solidariedade.

A economia solidária é uma forma de mercado com concepções humanísticas voltadas para a sociedade em principal a classe de baixa renda colaborando para qualidade de vida, desenvolvimento local. Este tipo de economia tem a passividade de conviver junto ao capitalismo de uma relação justa de patrão e trabalhador quando todos são donos e têm responsabilidades.

A visão econômica de solidariedade abre espaço para novos processos de democratização para uma sociedade sustentável que valoriza a cooperação, coletividade junto com a autogestão, qualidade de vida, tanto material quanto imaterial.

O empoderamento na economia solidária traz a tona o indivíduo ciente enquanto sociedade, coletividade e ações que necessitam de tomadas de decisões no decorrer de oportunidades que transforme seu empreendimento e até mesmo si próprio.

Considerado o texto apresentado, admite-se que a economia solidária é uma alternativa de economia que empodera as pessoas tanto nas questões sociais, econômicas e psicológicas desde que haja profissionais interdisciplinares qualificados para auxiliar nas propostas dos empreendimentos transformando em um espaço de efetivação de direito e autonomia dos inseridos.

REFERÊNCIAS

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA-CONAES, “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. Documento Base Nacional Sistematizado. Brasília, Maio de 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/cader_no_propostas_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2018.

BRASIL. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Documento Base. Brasília: Senaes/MTE, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza.** v.1. p. 3 – 42. [19--].

CULTI, Maria, N. **O Cooperativismo Popular no Brasil: Importância e representatividade.** 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/11776068/O-Cooperativismo-Popular-No-Brasil-Importancia-e-Representatividade>>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia– o cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/MedoeOusadia.pdf>>. Acesso em: 28 de julho de 2018.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

GOHN, M.G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Revista Saúde e Sociedade, 2004, 13(2): 20-31. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas/** João Bosco Medeiros. – 12. ed. – São Paulo: Atlas,2014.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2013/06/conheca-o-site-dos-pioneiros-de-rochdale/>>. Acesso em: 24 de julho de 2018.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista.** Soc. estado. vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária/** Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios.** ago. 2009.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres.** 1ª edição – São Paulo, SP 2000 Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/ 2001 – Luta contra a Pobreza. Banco Mundial, Washington, D.C.

SIMON, Vanêssa; BOEIRA, Sergio. **Economia social e solidária e empoderamento feminino.** Ciências Sociais Unisinos 53(3): 532-542 setembro/dezembro 2017. Unisinos-doi: 10.4013/csu.2017.53.3.13. Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2017.53.3.13/6453
>. Acesso em: 30 de julho de 2018.